

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS III - BACABAL
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS /SOCIOLOGIA

RAULLYSON EDUARDO LEAL TEIXEIRA

**AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DA COMUNIDADE DE CATUCÁ: vidas
atravessadas pelos babaçuais**

Bacabal - MA

2019

RAULLYSON EDUARDO LEAL TEIXEIRA

**AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DA COMUNIDADE DE CATUCÁ: vidas
atravessadas pelos babaçuais**

Monografia apresentada ao colegiado de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Maranhão, Campus III, como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciado em Ciências Humanas com Habilitação em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Cidinalva Silva Câmara Neris

Bacabal - MA

2019

TEIXEIRA, RAULLYSON EDUARDO LEAL.

AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DA COMUNIDADE DE CATUCÁ: vidas atravessadas pelos babaçuais / RAULLYSON EDUARDO LEAL TEIXEIRA. - 2019.

49 f.

Orientador (a): Cidinalva Silva Câmara Neris.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Bacabal, 2019.

1. MULHERES. 2. QUEBRADEIRAS DE COCO. CONDIÇÕES DE VIDA.
I. Neris, Cidinalva Silva Câmara. II. TEIXEIRA, RAULLYSON EDUARDO LEAL. III. Título.

RAULLYSON EDUARDO LEAL TEIXEIRA

**AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DA COMUNIDADE DE CATUCÁ: vidas
atravessadas pelos babaçuais**

Monografia apresentada ao colegiado de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Maranhão, campus III, como pré-requisito para obtenção do grau de licenciada (o) em Ciências Humanas com Habilitação em Sociologia.

Aprovado em: _____ / ____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cidinalva Silva Câmara Neris
(Orientadora)

Universidade Federal do Maranhão, campus III, Bacabal

Prof. Dr. Wheriston Silva Neris
(1ª Examinador)

Universidade Federal do Maranhão, campus III, Bacabal

Profa. Dra. Tatiane da Silva Sales
(2ª Examinadora)

Universidade Federal do Maranhão, campus I, São Luís

Dedico este trabalho a minha família e ao Amigo Norman
Ferreira de Sousa (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer inicialmente a Deus por ter me dado força para permanecer na universidade todos esses anos e por conceder paciência e capacidade para desenvolver este trabalho de conclusão de curso. Sem as palavras de incentivo e apoio dos meus pais Raulino e Luciana e de minha avó paterna Araci, esta jornada não teria sido desenvolvida. Agradecer também ao corpo docente, técnico e da assistência estudantil da Universidade Federal do Maranhão. Serei eternamente grato a Professora Cidinalva Silva que me orientou neste trabalho com excelência e dedicação. A amiga e Professora Daiana Estefany por me indicar a comunidade quilombola Catucá como campo de pesquisa e por me ajudar a mediar às entrevistas.

“Suba o primeiro degrau com fé. Não é necessário que
você veja toda a escada. Apenas dê o primeiro passo”.
Martin Luther King

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as condições de vida de quebradeiras de coco babaçu de uma comunidade rural de Bacabal, Maranhão, que não atuam dentro dos movimentos sociais. Buscamos compreender os elementos que permeiam as vidas dessas mulheres, sendo que o principal deles é o coco babaçu, a preservação dos babaçuais, uma questão de sobrevivência para essas mulheres e suas famílias. Sendo assim faz-se necessário compreender as questões agrárias da região, assim como também a forma como essas mulheres estão organizadas socialmente. A metodologia utilizada neste trabalho consistiu primeiramente em pesquisa bibliográfica, seguida da construção de uma amostra qualitativa através de entrevistas semiestruturadas para a identificação da trajetória de vida, escolarização e memórias dessas mulheres. Como resultado, constatou-se que as quebradeiras de coco babaçu do povoado Catucá, desenvolvem essa atividade desde jovens, e seguem essa trajetória como um ciclo que passa de geração para geração. Por começarem muito cedo a trabalhar, deixam de frequentar a escola, dessa forma muitas não sabem ler. O casamento também ocorre de forma precoce e com a chegada dos filhos, a retomada para os estudos é impossibilitada. Muitas mulheres do povoado se tornam chefe de família, e tem na extração do babaçu a fonte de renda. Elas não são engajadas politicamente, mas não por isso deixam de reivindicar por seus direitos a coleta do coco babaçu. Suas lutas são pela consciência ecológica, pelo livre acesso aos babaçuais e a não derrubada das palmeiras.

Palavras-chaves: Mulheres. Identidade. Quebradeiras de Coco.

ABSTRACT

This research aims to analyze the living conditions of babaçu coconut breakers from a rural community in Bacabal, Maranhão, which do not work within social movements. We seek to understand the elements that permeate the lives of these women, the main one being coco babassu, the preservation of babassu, a matter of survival for these women and their families. Thus, it is necessary to understand the agrarian issues of the region, as well as the way these women are socially organized. The methodology used in this work consisted primarily of bibliographic research, followed by the construction of a qualitative sample through semi-structured interviews to identify the life trajectory, schooling and memories of these women. As a result, it was found that the babaçu coconut breakers of the Catucá village develop this activity since young, and follow this trajectory as a cycle that goes from generation to generation. Because they start working too early, they stop going to school, so many are able to read. Marriage also occurs early and with the arrival of children, the return to school is impossible. Many women in the village become head of the household, and their income is derived from babassu extraction. They are not politically engaged, but they do not fail to claim for their rights to the collection of babassu coconut. Their struggles are for the ecological conscience, for free access to babassu and the non-felling of palm trees.

Keywords: Women. Identity. Coconut breakers.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil das entrevistadas	39
--	-----------

LISTA DE SIGLAS

- AMQCB** - Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu
- AMTR** - Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais
- ASSEMA** - Associação em áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
- CEBs** - Comunidades Eclesiais de Base
- CNPT** - Centro Natural para o Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais
- COOPAES** - Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis
- COPPALJ** - Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco
- CPT** - Casa Pastoral da Terra
- IBAMA** - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MIQCB** - Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco
- MIRAD** - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
- PGPM Bio** - Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade
- PRONERA** - Programa de Educação nas Áreas de Reforma Agrária
- SMDH** - Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
- STR** - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- SUDAM** - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
- SUDENE** - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
- UFMA** - Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. A QUESTÃO AGRÁRIA NO MARANHÃO	16
2.1- Modernização e desigualdade	19
2.2 - Luta pelo direito a terra na região do Médio Mearim	23
3. ORGANIZAÇÃO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO EM MOVIMENTO SOCIAL ..	28
3.1 Advento do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu e Programas	28
3.2 A formação Identitária das quebradeiras de coco babaçu engajadas no MIQCB.....	35
4. AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DE CATUCÁ: as condições de vida delimitadas pelo acesso ao babaçu	37
4.1 Histórico de Bacabal Maranhão e do povoado de Catucá	37
4.2 As quebradeiras de coco babaçu na comunidade de Catucá	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTADAS	49

1. INTRODUÇÃO

O babaçu, fruto de uma palmeira abundante no nordeste brasileiro, é fonte de renda para diversas famílias da região do médio Mearim. Todas as partes que compõem este fruto são aproveitadas. A casca serve para a combustão do fogão artesanal feito de barro e madeira; o mesocarpo, parte que se encontra entre a casca e a amêndoa, serve para abastecer a culinária na forma de uma farinha que pode ser utilizada para fazer bolo ou mingau. Já da amêndoa é extraído o azeite de babaçu, de grande valor econômico, esse azeite substitui o óleo usado na cozinha para o preparo de alimentos e, serve ainda, para fazer sabão.

De acordo com Barbosa (2008), cerca de quatrocentos mil famílias maranhenses extraem (coletam e quebram) o coco babaçu e usam o lucro dessa atividade como fonte de renda. Esse trabalho na sua grande parte é realizado por mulheres auto identificadas como quebradeiras de coco. “A maior parte dos babaçuais fica localizada na região maranhense, cerca de 53% dessa floresta secundária” (BARBOSA, 2008, p. 1). A palmeira do babaçu (*Orbignya phalerata*) tem cerca de 15 metros de altura e geralmente produz mais de 500 frutos a cada florada. A amêndoa do babaçu é composta por quatro partes: o epicarpo, o mesocarpo, o endocarpo e o fruto (amêndoa). A forma mais comum de se extrair o fruto do babaçu é com o amparo de um machado e de um pedaço de madeira (porrete). A florada dessa palmeira é relativo, depende da região e de condições meteorológicas. (BARBOSA, 2008).

O movimento das quebradeiras de coco é formado por mães, que além de realizarem as atividades domésticas, quebram o coco babaçu, constituem o movimento em prol de sua autonomia, lutam pela preservação do ecossistema em que habitam e pela auto determinação feminina no processo de luta política. As mulheres conhecidas como quebradeiras de coco babaçu compõem um movimento social que agrega consciência ecológica, luta pelo acesso livre aos babaçuais e a não derrubada indiscriminada de palmeiras. Esses fatores são responsáveis pela construção da identidade dessas mulheres. No entanto, ainda são muitas as mulheres que vivem da quebra do coco babaçu, portanto, quebradeiras, mas que não estão engajadas em movimentos sociais. São essas mulheres que focamos nesta pesquisa, buscando compreender as condições de vida das quebradeiras de coco que atuam fora da lógica do movimento social organizado. Para isso, escolhemos como locos de análise o povoado Catucá, no município de Bacabal no estado do Maranhão.

A metodologia utilizada neste trabalho consistiu primeiramente em uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, seguida da construção de uma amostra qualitativa através de entrevistas semiestruturadas para a análise da condição de vida delas, nas quais buscamos informações sobre sua organização familiar, escolarização, memórias, os motivos que as levaram a exercer a profissão, de como se dá o acesso aos babaçuais e os tipos de auxílios que eles recebem. Com essas informações pode-se entender que as relações comerciais, familiares, comunitárias e a preservação dos babaçuais estão intrinsecamente ligados a essas mulheres e que são esses fatores que constituem suas percepções de si e que influenciam diretamente em suas condições de vida.

Abordar tema como este corrobora para o entendimento dessas mulheres enquanto agentes de transformação de pequenos povoados que tem como fonte de renda a exploração de maneira preservada dos frutos nativos da região. As quebradeiras de coco são mulheres, mães que realizam as atividades domésticas, quebram o coco babaçu, agindo para construir suas próprias condições de vida. Mulheres que lutam pela preservação do ecossistema em que habitam e pela auto determinação feminina no processo de luta política. Mesmo não atuando dentro de movimentos políticos organizados essa mulheres são agentes políticos que atuam de modo a preservar a história, a memória e os saberes da população rural empobrecida do estado do Maranhão, marcada pela escravização, no passado e pela exploração, presente.

As quebradeiras de coco consideram, fortemente, a sua identidade ligada à preservação do meio ambiente como fator de vínculo que transcende, em alguns momentos, a relação puramente material e/ou econômica. As representações sobre a natureza são construídas a partir do universo cotidiano, seguindo, nesse aspecto, a critérios de classificação que remetem às estruturas de classificação que levam em consideração aspectos étnicos de diferenciação religiosa, linguística, econômica e políticas (WEBER, 1997); (BARTH, 1998). Seguindo, de acordo com os critérios internos aos grupos camponeses, lógicas específicas de organização territorial, como observado nos estudos de Mourão Sá (1975) e de Paula Andrade (1999), realizados no Maranhão.

O interesse em abordar esse assunto se deu pela observação da desvalorização social dessa profissão, que há anos vem sendo executada por mulheres do interior do nosso estado, mulheres essas, pobres, que na sua grande maioria tem como a extração do coco babaçu sua única fonte de renda.

Este trabalho está dividido em três capítulos. Sendo o primeiro “**A questão agrária no Maranhão**”, que tem como objetivo apresentar os principais embates rurais travado no

estado do Maranhão a partir da metade do século XX. Concentração fundiária, grilagem, pecuária bovina e bubalina, queima de roçados, lei de terra do Sarney, a derrubada das palmeiras de babaçu e o impedimento de acesso aos babaçuais ocasionam efetivamente o desequilíbrio ambiental e põem em risco a fonte de renda de quebradeiras de coco, agricultores e pescadores do estado. Expõe a luta pelo direito a terra na região do médio Mearim, a qual a cidade de Bacabal está inserida. Como destaca Almeida (1998), o Vale do Mearim registrou grandes situações de antagonismo a partir da invasão das roças pelo gado, da obrigatoriedade da venda do coco babaçu nos barracões dos grandes proprietários e da adulteração de escrituras de terra em cartórios. A partir de 1960, identificou-se nas áreas do Mearim, assim como na região Tocantina, a expansão de uma pecuária bovina menos extensiva, e mesmo semi-intensiva, antes da predominante no estado. (GOMES, 1981).

O segundo capítulo **“Organização das quebradeiras de coco em movimento social”** busca apresentar o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco e outros programas destinados às quebradeiras de coco, assim como a identidade dessas mulheres é construída historicamente dentro do movimento objetivando fornecer instrumentos para traçarmos os diferenciais entre essa formulação identitária e aquela das quebradeiras que não engajadas politicamente como é o caso de nossas informantes.

O terceiro capítulo **“As quebradeiras de coco babaçu de catucá: as condições de vida delimitadas pelo acesso ao babaçu”** traz a pesquisa de campo que tem como objetivo analisar a formação de identidade de quebradeiras de coco babaçu em Bacabal, mulheres essas que não estão inseridas em movimentos sociais e que não são engajadas politicamente como outras quebradeiras do estado, como por exemplo as quebradeiras do Povoado Quilombola Catucá, que fica em média a 20 km de distância do município. Foram entrevistadas 5 quebradeiras de coco, com idade entre 30 e 59 anos. As entrevistas foram concedidas entre o dia 7 e 15 de junho de 2019. Para compreender esse processo de construção identitária analisamos a condição de vida das mesmas, como escolarização, experiência de vida, relações familiares e relações comerciais.

2. A QUESTÃO AGRÁRIA NO MARANHÃO

Este capítulo consiste em apresentar a Questão Agrária no Maranhão, Modernização e Desigualdade com o avanço da pecuária e exclusão do trabalhador rural no contexto do campesinato maranhense e a Luta pelo Direito a terra na região do médio Mearim, onde foram travados diversos conflitos pela posse da mesma.

A presença de babaçuais¹ é comum nos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins, assim como em outros países da América Latina, no caso Bolívia e México. A palmeira do babaçu (*Orbignya phalerata*) tem cerca de 15 metros de altura e geralmente produz mais de 500 frutos a cada florada. A amêndoa do babaçu é composto por quatro partes: o epicarpo, o mesocarpo, o endocarpo e o fruto (amêndoa). A forma mais comum de se extrair o babaçu é com o amparo de um machado e de um pedaço de madeira (porrete). A florada desse fruto é relativo, depende da região e de condições meteorológicas. “A maior parte dos babaçuais fica localizada na região maranhense, cerca de 53% dessa floresta secundária”. (BARBOSA, 2008).

Como enfatiza Barbosa (2008), cerca de quatrocentos mil famílias maranhenses extraem (coletam e quebram) o coco babaçu e usam o lucro dessa atividade como fonte de renda. Esse trabalho, na sua grande parte, é realizado por mulheres auto identificadas como quebradeiras de coco. A formação de identidade das quebradeiras de coco babaçu está em constante construção, levando em consideração que o reconhecimento da profissão, que vem com a busca de direitos e aceitação pública do papel social e econômico desse grupo social, é um dos seus principais engajamentos. É válido mencionar também que “a partir de 1980, a identidade de quebradeira de coco é definida e construída em mobilizações pela garantia da posse da terra, e pelo acesso e preservação de palmeiras de babaçu” (BARBOSA, 2008, p. 1). Através de processos de resistências, as quebradeiras de coco babaçu engajaram-se na luta pela garantia de seus direitos enquanto grupo social. Foi desse modo que muitas mulheres se mobilizaram afirmando sua própria identidade e fundaram o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB.

Desde o período da abolição da escravidão à década de 1950, o país passou por uma etapa de transição entre a atividade produtiva da grande propriedade exportadora e a

¹ Mata de coqueiros-babaçus, moita de babaçus. Vegetação típica das áreas do Meio-Norte nordestino e do Bico do Papagaio tocaninense. Plantação de babaçus.

materialização de uma estrutura de produção sutilmente articulada no capitalismo industrial, em um grande processo de expansão no Centro-Sul. Além das relações econômicas, as relações de trabalho também se modificaram e surgiu uma nova estrutura agrária com terras de posse comunal, de parcelas da antiga e grande propriedade rural, além da figura do posseiro de terras devolutas da União e do Estado (LACROIX, 2004). No Maranhão não foi diferente, algumas terras do estado foram pleiteadas em sistema comunal ou de posse por descendentes de ex-escravizados, indígenas e por migrantes de outras regiões do país.

Durante essa transformação a micro produção maranhense foi desmembrada em pelo menos três níveis: 1) divisão das terras que foram abandonadas por seus antigos proprietários e fragmentadas entre os ex-escravizados, que instalaram a produção de subsistência; 2) condução dessa força laboral em busca de terras livres; 3) a modificação de ex-escravizados em arrendatários e foreiros, onde os mesmos permaneceram nas grandes propriedades pagando um renda fundiária como aluguel da terra. (BARBOSA, 2008).

A nova configuração da agricultura maranhense tomou uma outra dimensão a partir desses três desmembramentos, constituindo três formas produtivas: a pequena produção com propriedade da terra (pequeno produtor-proprietário); a pequena produção através da ocupação de terras devolutas (posseiro); e a pequena produção inserida na grande propriedade (arrendatários e foreiros). (AMARAL, FILHO, 1990, p. 32-33).

De 1940 a 1960 o Maranhão recebeu grupos de migrantes oriundos dos estados do Ceará e Piauí. Essas pessoas se fixaram basicamente na região do Itapecuru, um dos espaços mais antigos, e se dedicaram ao plantio de arroz, aumentando consideravelmente a produção nesse período. Nessa região, muitos dos trabalhadores tinham que pagar preços elevados pelo foro, por isso muitos se dirigiram, entre 1940 e 1950, para a região do Mearim em busca de terras livres (LUNA, 1984). “Frentes de expansão agrícola foram ocupando o estado a partir da década de 1950, na direção do Itapecuru para o Mearim, e chegando também às chamadas “terras livres” do Pindaré”. (LUNA, 1984, p. 4-5).

O constante fluxo migratório nas décadas de 1940 a 1960 foi um dos fatores responsáveis por problemas relacionados à terra no Maranhão. Todavia, esse quadro se acirrou com a lei nº 2.979/ 17-07-1969, também chamada de “Lei de Terras do Sarney”. Essa lei tinha como principal objetivo privatizar terras públicas do estado e visava à expansão de projetos agropecuários e agroindustriais, sem levar em conta que o movimento do campesinato seria excluído do acesso à terra e aos babaçuais.

Diante desse cenário, alguns projetos de implantação de monoculturas foram idealizados. A sequência de um forte processo de aglomeração fundiária resultou no advento de tensão/conflitos pela posse de terras entre os antigos ocupantes “afrodescendentes e

indígenas” e os novos donos dessas terras, oriundos do estado do Maranhão ou de outra parte do país. (BARBOSA, 2008).

A terra, que até então era usufruída livremente pelos lavradores, assume um valor no mercado. A reordenação do espaço territorial, baseada no princípio jurídico da propriedade privada da terra, gera novas relações de produções: separa os produtores diretos em duas categorias: proprietários e não proprietários dos meios de produção e favorece a concentração da terra nas mãos de grileiros e de grandes grupos empresariais, apoiados pelo poder político do Estado”. (LUNA, 1984, p. 42-43)

Como afirma Luna (1984), o método mais comum de desapropriação de terra dos trabalhadores rurais no estado do Maranhão foi à grilagem. As terras apropriadas, na maioria das vezes com uso de violência, eram roubadas e destinadas a atividades agropecuárias. Os proprietários quando não eram retirados, passaram a pagar por elas (através de coco ou arroz). Também houve terras que foram apropriadas por somente um herdeiro do titular das terras, banindo os demais (herança sem partilha). Foram muitos os casos de terras com grilagem cartorial, ou seja, falsificação de títulos e documentos em cartório. Muitas terras indígenas foram ocupadas por empresas ou fazendeiros.

A grilagem de terras consiste em uma fraude deliberada, na falsificação de escrituras de terras devolutas do Estado ou mesmo particulares, porém, essa não é uma fraude individualizada e, sim, generalizada, um pacto entre setores da sociedade e o Estado para a legitimação da apropriação, não só das terras, mas, do próprio aparato estatal por uma classe específica: a capitalista. Nesse pacto “[...] onde o poder público se torna mera extensão do poder privado.” (MARTINS, 1985, p. 67), com os servidores do Estado, funcionários públicos, submetidos à corrupção via coerção econômica, analisar a grilagem de terras é examinar “[...] uma peça da engrenagem do capitalismo.” (ASSELIN, 2009, p. 21).

A construção de estradas gerou uma intensa procura por terras, que consecutivamente acarretou no aumento do valor das mesmas, fazendo com que sua comercialização se tornasse altamente lucrativa. O Estado tinha como objetivo instalar empresas agropecuárias, mineradoras e extrativas mesmo em locais onde já havia a presença de trabalhadores rurais. O Estado reproduzia um discurso de ocupação racional, com o propósito de legalizar a expansão da fronteira agrícola e a promoção da modernização no setor primário. Em suma, a expansão das grandes empresas agropecuárias, mineradoras etc. suprimiam a pequena produção do campesinato. (BARBOSA, 2008).

As políticas implementadas com a criação da “Lei Sarney de Terras” ocasionaram desigualdades e os embates se tornaram inevitáveis. Diante dessa situação, os prejudicados decidiram procurar ajuda em outros órgãos fora do governo. Como bem destaca Luna (1984), as instâncias que eram pensadas como harmonizadoras e negociadoras nesse momento de avanço capitalista foram, na prática, suporte para a expropriação do campesinato. Incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) para os novos projetos

implantados junto ao Estado acirraram a perda das terras pelos trabalhadores. Os projetos agropecuários não implicaram em novas tecnologias e nem mesmo em empregos para os destituídos da terra. Além disso, a expansão das áreas de pasto não significou necessariamente a expansão produtiva da pecuária (LUNA, 1984). Essa modificação nas relações abrangeu os espaços mais antigos e as terras devolutas de ocupação mais recente. A troca da atividade agrícola pela pecuária intensificou a oferta de produtos agrícolas, ocasionando escassez dos mesmos e problematizando a situação dos trabalhadores de campo.

2.1- Modernização e desigualdade

Na década de 1970 os trabalhadores rurais enfrentavam muitos preconceitos, pois eram vistos pelos empresários agrícolas como inferiores, preguiçosos e sem preparo técnico. Mesmo estando envolvidos em 80% da produção agrícola os trabalhadores eram considerados cidadãos de segunda categoria (SMDH, 1992). Para atender aos interesses da modernização e o direito absoluto de propriedade, o Estado menosprezou a presença de pessoas que há muitos anos habitavam nessas terras. No Maranhão aconteceram vários casos onde trabalhadores rurais foram expropriados pelo poder público, tendo como base o poder judiciário.

A expansão a qualquer custo na pecuária e nas monoculturas desencadeou impactos negativos na vida dos trabalhadores rurais do estado. Projetos destinados a essa ampliação ilustram bem esses impactos. Dentre esses projetos alguns levaram mulheres a resistência e promoveram mobilizações que ganharam força mais tarde, o MIQCB é fruto dessas mobilizações. Apesar dessas novas políticas apresentarem resultados iguais nas regiões da Baixada, Médio Mearim e Imperatriz (áreas do MIQCB), cada uma possui sua peculiaridade. A partir da década de 1970 os embates sociais se aglomeraram no meio rural maranhense por todo o estado, com maior intensidade em algumas localidades do que em outras, mostrando-se mais violenta e tendo como respostas lutas mobilizatórias mais relevantes. (BARBOSA, 2008).

De fato, como constatou Barbosa (2008) em sua pesquisa “Vivendo na Desigualdade: Tensões, Conflitos e Mobilização Social no meio rural maranhense”, a pecuária foi fator primordial de conflitos sociais. Na Baixada Maranhense, área de ocupação antiga, a criação de animais consistia na bubalinocultura. Já na região do Médio Mearim, área de ocupação mais recente, a bovinocultura acirrou os conflitos entre os trabalhadores rurais a partir de 1970. Entre 1975 a 1985 a pecuária avançou consideravelmente. A plantação de soja na microrregião de imperatriz prejudicou uma pequena parcela de pequenos produtores; o aumento da silvicultura de eucalipto, nos últimos dez anos, também não foi diferente.

No ano de 1930 se deu o advento da criação de búfalos no Maranhão, no entanto, os incentivos estaduais e federais só começaram por volta dos anos 1960, exatamente quando a bubalinocultura ganhou respaldo econômico. Na década de 1960,

Alguns segmentos do Governo começam a apresentar a bubalinocultura como a tábua de Salvação da Baixada, cuja economia estava sendo considerada como estagnada. Dali em diante, segundo os planejadores, a região poderia se tornar uma grande bacia leiteira, bem como poder-se-ia incrementar a pecuária de corte, tendo em vista ser aquele animal reconhecido tecnicamente como grande reprodutor de carne e leite superando o gado bovino. (SMDH, 1992, p. 60).

Após alguns anos, instituições sociais e ambientais chegaram à conclusão de que a criação de búfalos não tinha tanto desenvolvimento social para Baixada Maranhense, pois a presença de búfalos criou um desequilíbrio ecológico e social para pequenos produtos rurais, quebradeiras de coco e pescadores, incentivando violentos conflitos. O único grupo favorecido com a criação bubalina foram os fazendeiros, que receberam investimentos públicos para ampliar seus projetos e aumentar seus patrimônios. O fato desses animais serem criados soltos, pastando em campos naturais implicava na segurança e saúde dos trabalhadores. A criação de gado bovino e bubalino incidiu em uma devastação dos babaçuais no estado. Os fazendeiros afirmavam que esses animais necessitavam de espaço para se desenvolverem e que as palmeiras de babaçu afetavam a saúde dos animais, visto que as cascas de coco feriam suas patas. A prática de fabricação de carvão era proibida pelos fazendeiros, pois afirmavam que os animais poderiam cair nos buracos que queimam as cascas, popularmente conhecido como caieira, vindo a adoecer ou mesmo morrer.

Tendo como justificativa que os búfalos exterminavam os roçados, perseguiram pessoas, e até matavam, contaminavam a água e danificavam seu material de trabalho, trabalhadores rurais da região de Anajatuba, Santa Rita, Rosário e Vitória do Mearim por volta de 1989 mataram centenas de búfalos. A década de 1980 foi marcada por movimentos contrários a criação desses animais. Nessa época, houve um crescente número de prisões de trabalhadores rurais, decorrente de uma campanha abertamente deflagrada que visava acusá-los de ladrões de gado. Essas prisões geralmente vinham acompanhadas de outras violências como invasões domiciliares, apropriação de armas de caça e munição e destruição de utensílios domésticos. (SMDH, 1992).

Um laudo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) publicado em 1990 confirmava que um elevado número de búfalos no mesmo espaço desequilibrava o meio ambiente. No ano anterior, 1989, um artigo da Constituição Estadual determinava que os criadores de búfalo tinham o limite máximo de dois anos para retirar sua criação bubalina dos campos naturais da baixada maranhense. A data prevista para

a remoção foi até 5 de outubro daquele ano, todavia, o acordo não foi cumprido. Diante disso, um novo prazo foi votado (mais dois anos), o que desagradou os trabalhadores rurais, que viam nessa prorrogação uma alternativa para que os criadores manobrassem o estabelecido, continuando com seus rebanhos nos campos públicos da região, e para que exigissem a prisão dos trabalhadores que saíssem em defesa de seus roçados e de suas áreas de pesca (SMDH, 1992).

Em 1991, uma outra medida foi tomada em favor da retirada dos animais, através do artigo 241 da Constituição Estadual, porém o problema não foi resolvido (CPT, 1991). Os trabalhadores e membros da Igreja Católica afirmavam que “o Governo Lobão é o principal responsável por esta situação ao descumprir frontalmente a Constituição do Estado. Da mesma forma, os deputados e os juízes, que acobertaram essa situação, são também responsáveis pelos conflitos e a violência na Baixada Maranhense” (TEMPOS NOVOS, 1992c). Sem dúvida, os búfalos representavam grande ameaça aos lavradores e quebradeiras de coco de alguns municípios maranhenses, devido a isso, em setembro de 1991, durante os festejos da Padroeira de Cajapió, Nossa Senhora das Mercês, houve orações com pedidos insistentes a Deus pela retirada dos búfalos da Baixada. Esses pedidos foram feitos por trabalhadores rurais dos municípios de Anajatuba, Cajapió, Rosário e Santa Rita (CPT, 1991).

A principal reivindicação da classe do campesinato era a posse de terra e isso desencadeou embates agrários no Maranhão. Ao decorrer da década de 1980 aconteceu uma série de conflitos. De 1985 a 1990, os conflitos no campo abrangeram por volta de 450 mil lavradores. Na época, de uma população de cinco milhões de habitantes, 65% vivia no meio rural (NOVOS TEMPOS, 1992a). Segundo um relatório da Coordenadoria de Conflitos Agrários, do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher a violência no campo maranhense entre os anos de 1985 e 1986 resultou na morte de 3 quebradeiras de coco babaçu em Coroatá e 3 trabalhadores foram feridos quando quebravam coco nas terras de um ex-deputado que requeria a preferência na compra do produto. No município de Cajari dois extrativistas foram mortos dentro de um babaçual devido ao latifundiário proibir a entrada dos mesmos no âmbito de coleta do coco. Já em Pio XII, um líder sindical que realizava trabalhos com quebradeiras fora assassinado. No ano de 1987, num levantamento completo dos órgãos sobre o período, constava mais 7 casos de violência a mulheres e menores em áreas de babaçuais. (TEMPOS NOVOS, 1990b).

Mesmo após o Plano Nacional de Reforma Agrária (1985-1989), em 1990 a conjuntura nos babaçuais era praticamente a mesma, sendo que os conflitos aconteciam praticamente na mesma proporção. Um anal dessa época afirma que somente quatro imóveis

foram desapropriados no Maranhão com o intuito de promover reforma agrária desde o início da Nova República. Após o advento da década de 1990 era crescente as contestações de que não se cumpria os artigos 184 e 185 da Constituição Federal, que tinham como objetivo a desapropriação de terras para o incentivo da reforma agrária. Fato é que, durante esse período, poucos projetos de assentamento foram colocados em prática e os que foram implantados não receberam nenhum tipo de investimento, como assistência técnica, crédito agrícola e outros benefícios. (SMDH, 1992).

Analisando os dados de 1991, por exemplo, quase mil e setecentos assassinatos foram documentados no Maranhão, mas houve somente 28 julgamentos, com apenas 14 condenações nos tribunais, o que mostra a ineficiência da justiça (CPT, 1991, p. 18). Somente entre os anos 1990 e 1991 foram registrados pela SMDH 127 confrontos agrários no Maranhão entre pequenos produtores e grandes proprietários, grileiros, madeireiros, pecuaristas, e outros agentes (CPT, 1992, p. 9). Certamente, esses conflitos tinham outras dimensões e as disputas também se davam em torno do extrativismo do babaçu. (BARBOSA, 2008).

Por volta do início de 1990, em Peri-Mirim, dois proprietários começaram a cercar os campos naturais e a derrubar palmeiras de babaçu no povoado conhecido como Malhada dos Pretos. Simultaneamente, o grupo dos trabalhadores rurais se mobilizou e juntos fizeram um abaixo assinado e entregaram as autoridades estaduais e federais por intermédio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). No mesmo documento, os trabalhadores cobravam o cumprimento da Constituição no que se refere à questão dos búfalos (TEMPOS NOVOS, 1991). Em 1993 também houve uma mobilização dos STRs de Santa Helena, Pinheiro, Vitória do Mearim, Bequimão, Palmeirândia, Santa Rita, São Bento, Viana, Alcântara, Peri-Mirim, Cajari e Rosário para discutir quais as medidas a serem tomadas a fim de resolver o problema dos búfalos, que continuavam soltos nos campos naturais da Baixada (TEMPOS NOVOS, 1993).

O “Caso sul do Maranhão” também é uma demonstração de como os embates sociais se expandem de uma área para outra do Brasil, onde o Estado se omite de respeitar e incentivar métodos de apossamento e de produção peculiares dos pequenos produtores de alimentos. “Ao contrário, a ação oficial é que termina por provocar os conflitos agrários” (SMDH, 1992). Em 1992, durante o governo de Edson Lobão existia uma sugestão política direcionada a ações do tipo Polo Agrícola do Sul do Maranhão que, se aprovada a nível federal, visava o emprego de US\$ 50 milhões em investimentos para o cultivo de no mínimo 200 toneladas de soja nos municípios de Tasso Fragoso, Balsas, Riachão, Alto Parnaíba,

Carolina e Fortaleza dos Nogueiras, a partir de 1992. Nesse período, a experiência de colonização dos chamados gaúchos teve continuidade através daquele polo, que reativava o mercado regional de terras e incentivava um tipo de privatização que desconsiderava as formas de ocupação anterior (SMDH, 1992).

Durante a década de 1970, a microrregião de Imperatriz foi beneficiada com apoio institucional para o desenvolvimento e investimentos da pecuária. A aplicação desses investimentos, efetivamente, tornou-se um agravante para as tensões rurais já perduradas na região. A propagação da soja culminou em déficits para os trabalhadores agroextrativistas da microrregião de Imperatriz, que diante dessas circunstâncias se viram forçados a batalhar por terras para poder desenvolver sua agricultura. Nos anos 1990, houve um declínio na produção de babaçu e um aumento considerável no volume da soja, fomentado pelos incentivos de crédito e estatais. (MESQUITA, 2001).

Há uma variedade de situações que envolvem a posses de terra no Maranhão. Episódios de expropriação e de violências às práticas diárias de trabalhadores rurais impulsionaram lutas sociais no campo maranhense de produção. De acordo com Carneiro et al (1996), as mobilizações na luta pela terra no estado tiveram seus principais focos nas regiões do Médio Mearim, Alto Mearim e Grajaú. Nessas localidades em que as mobilizações se deram mais sistematicamente após os conflitos, algumas áreas foram desapropriadas para fins de reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e outras compradas por parte do Governo do Estado do Maranhão. No contexto da Nova República terras foram desapropriadas, constituindo-se em assentamentos de reforma agrária (ANDRADE, 2005). No Médio Mearim isso se deu em meados dos anos 1980 em municípios como Lago do Junco, Lima Campos, Esperantinópolis e São Luís Gonzaga do Maranhão (MARTINS, 2001).

2.2 - Luta pelo direito a terra na região do Médio Mearim

Historicamente, a luta pela garantia a terra é um constante engajamento dos trabalhadores rurais no Maranhão. É evidente que os trabalhadores extrativistas fazem parte dessa corrente. Não podemos deixar de mencionar os conflitos nos babaçuais que resultaram em números exorbitantes. Alguns desses conflitos foram vivenciados na região do Mearim, que está localizada na Zona dos Cocais, maior produtora de Babaçu no estado. A situação agrária dessa região à época de intensas disputas indicava um quadro em que 57% dos estabelecimentos rurais existentes eram arrendados, e apenas 22% dos trabalhadores eram posseiros (TEMPOS NOVOS, 1990b).

“Na microrregião do Médio Mearim², onde vive grande parte das quebradeiras de coco do MIQCB, os conflitos desencadeados na metade do século XX envolveram as disputas por terra e pelo acesso as palmeiras de babaçu”. (BARBOSA, 2013, p. 170).

Como destaca Almeida (1998), o Vale do Mearim registrou grandes situações de antagonismo a partir da invasão das roças pelo gado, da obrigatoriedade da venda do coco babaçu nos barracões dos grandes proprietários e da adulteração de escrituras de terra em cartórios. A partir de 1960, identificou-se nas áreas do Mearim (assim como na região Tocantina), a expansão de uma pecuária bovina menos extensiva, e mesmo semi-intensiva, antes da predominante no estado. (GOMES, 1981).

A classe do campesinato denomina o (período que antecede aos anos 1970) como “tempo do coco liberto” e o (pós 1970, com o desenvolvimento dos conflitos) como o “tempo do coco preso”. A expansão da pecuária a qualquer custo no início da década de 1970 culminou em grandes cercamentos na região do Médio Mearim, onde migrantes de outros estados da federação, fazendeiros/grileiros apossaram-se de terras cercando em grandes áreas (fazendas) para o desenvolvimento de projetos agropecuários. Nesse período, o governo do estado estimulava a pecuária e isso dificultou o modo de sobrevivência dos camponeses, visto que, os espaços agricultáveis passaram a ser trocados por capim.

Mesmo sem desenvolver a pecuária, muitos fazendeiros substituíam os babaçuais por pastagens a fim de intimidar a entrada dos trabalhadores nas áreas em que reconheciam de sua propriedade. Nesse sentido, o processo de cercamento constituiu mais do que uma ruptura de espaços para o trabalhador, indicou a concretização da grilagem e da violência (LUNA, 1984, p. 43).

Essa fase do “tempo do coco preso” é conhecida como um período de subordinação dos trabalhadores do campo aos fazendeiros, ficando sujeitos as suas determinações econômico-comerciais, passando então a um trabalho semelhante ao escravo. Os trabalhadores ficavam sobre o jugo dos latifundiários, os proprietários de “barracões” – galpões situados nas fazendas onde mulheres, homens e crianças quebravam coco para proprietários de terras – sendo obrigados a vender o coco ou trocá-lo por gêneros alimentícios nas próprias fazendas. Durante essa fase foram criados contratos extrativos pelos

² Até 1980, essa microrregião, pertencente à mesorregião Centro Maranhense, compreendia apenas os municípios de Bacabal, Pedreiras e São Luís Gonzaga. Houve, porém, uma reestruturação espacial e essa área passou a compreender os municípios de Esperantinópolis, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Olho D’Água das Cunhãs, Bacabal, São Mateus do Maranhão, Satubinha, Igarapé Grande, Lago Verde, São Bernardo do Mearim, Pedreiras, Santo Antônio dos Lopes, São Raimundo do Doca Bezerra, Trizidela do Vale, Bom Lugar, Pio XII, São Luís Gonzaga do Maranhão, São Roberto, Lago da Pedra, Lima Campos, Poção de Pedras (ANDRADE; FIGUEIREDO, 2004).

fazendeiros/grileiros para operar a coleta, a quebra e a venda do coco. Os mais usados eram os contratos de “meia”, de “foro” e de “arredamento”. Em todos os casos, tratava-se de uma parte da produção das quebradeiras que era entregue aos proprietários. Como apontou Shiraishi (2001), esses tipos de contrato diferem daqueles previstos no Estatuto da Terra de 1964, posto que, não são individuais servindo a todas as quebradeiras de coco que necessitam coletar e quebrar o coco e correspondem a uma área indeterminada, embora determinável, onde há palmeiras de babaçu.

Os trabalhadores eram dependentes dos contratos. Realizavam mutirões com a presença de toda a família para se ter um rendimento maior no final do trabalho e com a finalidade de quebrar a maior quantidade de coco possível. Geralmente, os fazendeiros/grileiros ficavam com as cascas do babaçu para a produção de carvão e, além de pagarem um valor muito baixo pelo quilo do coco, adulteravam o peso do produto a seu favor. Um sistema de vale foi introduzido pelos donos da terra para repassar o pagamento da mão de obra camponesa, consistia em um pedaço de papel entregue ao trabalhador que serviria como comprovante do valor a ser pago pela sua atividade laboral.

As expressões “tempo do coco preso” e “tempo do coco liberto”, reiteradas numa memória coletiva, revelam que o processo histórico de luta pelo acesso aos babaçuais foi interpretado pelos agroextrativistas a partir de suas próprias vivências. Desse modo, o tempo e a história foram reelaborados desde suas experiências cotidianas de vida, adquirindo múltiplas dimensões e temporalidades. (BARBOSA, 2013).

Sobre o cercamento do coco, a pesquisa de Barbosa (2013) aponta que essa prisão se deu a partir da instauração da pecuária, pois antes disso a quantidade de derrubada de palmeiras era insignificante. Efetivamente, o advento da pecuária na região do médio Mearim culminou em um impacto negativo, pois acabou ocasionando conflito com os hábitos, valores e práticas costumeiras dos camponeses dessa região, no que diz respeito ao acesso e uso das terras e dos recursos naturais.

A noção de “babaçal livre”, presente em várias localidades do estado, corresponde também à concepção dos trabalhadores de que viviam em “terras livres” antes da chegada de grileiros/fazendeiros (LUNA, 1984). Desse modo, nesse contexto, a terra não podia ser vista apenas como um fator de produção, mas concebida por seu valores simbólicos, também vinculados com a questão do parentesco. (WOORTMAN, 1995).

Para os habitantes de algumas comunidades da microrregião suas presenças nessas terras é devido à luta e a conquista de seus antepassados, legado de uma história a ser contada

e que ainda está viva em suas experiências de continuidade no local. É comum que trabalhadores rurais do Médio Mearim elaborem a história da região referindo-se a “terras livres”, “terras sem dono” e ao mesmo tempo a “terras de negro”, como sendo aquelas terras de herança deixadas pelos senhores aos ex-escravos ou por estes conquistadas (LUNA, 1984).

Como afirma Barbosa (2013) em sua tese, grande parte dos trabalhadores agroextrativistas eram independentes até a metade do século XX, quando ainda tinham autonomia para acessar os babaçuais e desses retirar seu sustento, apoderando-se dos frutos do seu trabalho. Em 1970, a proibição de entrada nos babaçuais, representou instantaneamente, a perda de independência na esfera do trabalho, uma vez que o extrativismo vinha sendo realizado através de um sistema comunal, conforme suas necessidades e capacidades produtivas. Com os cercamentos, originou-se, então, um processo de imobilização da força de trabalho das quebradeiras de coco.

Woortman (1995) destaca uma característica marcante do campesinato brasileiro contemporâneo, o controle sobre os meios de produção e sobre o processo de trabalho. Todavia, mesmo controlando os meios de produção não significa que os camponeses sejam independentes. A concepção de autonomia para os trabalhadores do campo consiste em ter acesso a recursos produtivos de forma legalizada, sem a imposição de cativo instalado nas fazendas. A autonomia também constitui a liberdade de projetar o futuro dos filhos e estabelecer sua dignidade social (MOTTA; ZARTH, 2008).

Em Lago do Junco, por exemplo, em oposição ao sistema de vale, quebra de meia ou qualquer tipo de pagamento pelo uso de terras, que beneficiava os fazendeiros/grileiros e estabelecia um sistema de semiescravidão, os trabalhadores formavam mutirões cedo para a quebra do coco, antes dos proprietários chegarem as terras e fiscalizar a coleta. Diante dessas circunstâncias, era comum que vaqueiros e jagunços dos fazendeiros vigiassem e punissem os trabalhadores tomando-lhe o coco extraído (MARTINS, 2001). Perante esse cenário, os camponeses iniciaram protestos através das queimas de jacas e barracões. Essas manifestações incitaram o aborrecimento em muitos donos de terra que em represália e tentando controlar o acesso em suas propriedades começaram a derrubar palmeiras. Então, a partir do final de 1970 até o início de 1980, os conflitos se espalharam por vários municípios do estado do Maranhão (BARBOSA, 2013).

Nos conflitos rurais, “as mulheres, além de sofrerem as mesmas violências que os homens (ferimentos, torturas, prisão ilegal, tentativa de assassinato, morte, sequestro) são vítimas de outros tipos de violências que as atingem no mais íntimo do seu ser, quais sejam, o estupro e o aborto provocado por maus tratos” (CPT, 1989, p. 25). Há registros de quebradeiras que foram agredidas quando, como forma de resistência, entravam nas propriedades e eram encontradas dentro das áreas de

pastagens, as chamadas “soltas”, coletando coco. Esta realidade não é distante, pois há “ainda casos de violência física contra as quebradeiras no qual gerentes da fazenda, vaqueiros ou encarregados submetem as mulheres a surras e violência sexual” e “casos em que a mulher precisa roçar a quinta, ou seja, limpar a área do pasto, para ter acesso à área de quebra e coleta do coco” (ARAÚJO et al., 2004, p. 223).

Segundo os estudos (CARNEIRO; ANDRADE; MESQUITA, 1996), o Médio Mearim pode ser considerado como uma das regiões mais afetadas pela violência e também pode-se dizer que a mesma era uma forte corrente de mobilização contrária aos cercamentos. Nos espaços, onde as mobilizações se deram de forma mais intensa e sistemática após os embates, algumas terras foram desapropriadas com o intuito de promover reforma agrária pelo INCRA e outras compradas por parte do Governo do Estado. As terras desapropriadas nos anos 1980 para constituir assentamentos de reforma agrária no contexto da nova República se localizam em municípios como Lago do Junco, Lima Campos, Esperantinópolis e São Luís Gonzaga do Maranhão (MARTINS, 2001). Certamente, a promoção da reforma nessa microrregião é fruto da luta e reivindicação da classe do campesinato.

3. ORGANIZAÇÃO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO EM MOVIMENTO SOCIAL

Este capítulo apresenta o processo de constituição do MIQCB enquanto um dos principais reivindicadores de políticas públicas destinadas à comunidade de quebradeiras de coco babaçu das regiões do estado Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, de regiões geográficas e culturais diferentes. Expõe também alguns programas voltados a esse grupo social e como a identidade das quebradeiras é constituída ao longo dos anos.

3.1 Advento do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu e Programas

Em contraposição aos vários adversários que impediam as quebradeiras de ter acesso aos babaçuais e coletar o coco, surgiu o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, em busca da afirmação de sua identidade. Para Hobsbawn (1995), pode ser analisado como um dos “novos movimentos sociais”, que tem como engajamento a defesa ambiental e ecológica, afirmação de identidade étnica e demandas de gênero. O advento desse movimento se dá em conformidade com as experiências de mulheres do estado do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, de regiões geográficas e culturais diferentes.

Esforço de organizações sociopolíticas e econômicas na década de 1950 em diante, o movimento das quebradeiras de coco nasce quando o sindicalismo tradicional começa a perder espaço para o novo sindicalismo. Ocorre que, nesse período, a agricultura familiar, por exemplo, seria elemento de novas políticas desenvolvimentistas e a política de identidades, tanto quanto a identidade na política, manifestava-se múltipla e assiduamente.

Esse movimento emergiu num contexto em que o campo brasileiro caminhava para novas alternativas de sobrevivência em que as questões sociais e os desafios ambientais se fortaleciam como pauta de discussões. Desse modo, estratégias outras de organização foram estabelecidas, como novas formas de relação com a terra (agricultura orgânica e alternativa) e novas formas de relação com a natureza “um intenso trabalho de preservação de recursos naturais e a criação de reservas extrativas”. (BARBOSA, 2013, p. 192)

Como afirma Barbosa (2013), necessariamente, a partir da intensificação das ocupações de terras e da reorientação do mercado econômico neoliberal, avaliava-se que os trabalhadores agroextrativistas se enfraqueciam politicamente, ficando à margem do mercado. Todavia, as quebradeiras de coco

“romperam com essa representação pictórica e usual e com a moldura do exotismo da floresta que, tradicionalmente as envolviam descongelaram esta imagem folclórica, quebraram a imobilidade iconográfica de décadas e derramaram organizadamente nas estruturas do campo do poder e nos circuitos de mercado, desnaturalizando-se e afirmando sua nova condição” (ALMEIDA, 1995, p. 19).

O grupo de quebradeiras de coco contou com ajuda de diversos colaboradores (movimentos e instituições) na articulação de suas reivindicações e direitos. Foram eles a

Igreja Católica, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH, a Associação em áreas de Assentamento no Estado do Maranhão- ASSEMA, grupos partidários e posteriormente alguns intelectuais. A ASSEMA e a SMDH estavam engajadas nas lutas extrativistas no Maranhão. A igreja católica operou com mais intensidade nos estados que fazem parte do MIQCB, necessariamente através da Comissão Pastoral da Terra - CPT e das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs. Ações de mobilização foram se constituindo pausadamente e agregando outros grupos de mulheres com o mesmo propósito.

Como já foi dito anteriormente, a partir da década de 1960 foi iniciado a luta pela reforma agrária e defesa dos direitos trabalhistas por todo o Brasil. Ao longo dos anos a classe do campesinato foi ganhando força e se fortalecendo nas suas lutas sociais. O novo sindicalismo no Brasil tem seu advento na década de 1970 representando os movimentos sociais mais recentes, esse modelo de sindicalismo contava principalmente com agricultores autônomos, de base familiar, de onde transcorre outros trabalhadores. A chamada crise do sindicalismo tradicional, em grande parte determinada pela Igreja Católica, começou a se conformar nos anos 1950 com a atuação do sindicalismo cristão (BARBOSA, 2013). Nos anos 1970, essa atuação se propagou através da corrente denominada Teologia da Libertação que incentivava a politização, através da atuação de agentes eclesiais, tanto no campo quanto nas cidades (FAVARETO, 2006).

No contexto da década de 1970 e 1980, as exigências dos camponeses aumentaram demasiadamente. Precisamente em 1980 as mulheres conquistaram maior visibilidade nos conflitos sociais no campo. Nessa época era comum mulheres se inserirem nas lutas pela saúde, educação, moradia, alimentação e cada vez mais, ocuparem cargos de direção em instituições (BARBOSA, 2013). Para alguns setores da Igreja Católica, como a CPT e a Cáritas, fruto da grande relação das mulheres com as dinâmicas do cotidiano, em oposição aos homens que analisavam sua vida a partir das relações de trabalho e eram menos tocados pelas contradições cotidianas. Para aqueles setores, quando houvesse o entendimento de que as transformações sociais seriam possíveis justamente nas relações de cotidiano, o conjunto das mulheres seria reconhecido por sua luta revolucionária (CPT, 1990).

Efetivamente, no final dos anos 1980, a denominada revolução da teologia da libertação, apresenta duas vertentes. A primeira tem como pretensão ampliar e enriquecer o conceito de pobre, incluindo a questão do negro, do indígena e da mulher, vítimas de uma forma específica de opressão; a segunda se baseava em relacionar a dominação/exploração dos pobres com a natureza, associando aos temas marxistas “clássicos” a nova contribuição da ecologia (LOWY, 2007).

O movimento de quebradeiras de coco se concretiza em meio ao cenário político da segunda metade do século XX, orientados pelo catolicismo progressista do final do mesmo século. Esse catolicismo compreendia que em meio às mulheres rurais,

[...] o crescimento da consciência de seu valor como mulher, e a crescente participação nas reivindicações e nas lutas por terra e por seus direitos, quer nas manifestações públicas, quer na luta silenciosa do dia a dia, está levando a sociedade, obrigatoriamente, a reconhecer a força revolucionária e transformadora de sua ação (CPT, 1990, p. 14).

A Associação em áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA) fundada em 1989 é uma instituição não governamental, tendo como membros trabalhadores rurais e trabalhadoras rurais dos municípios de Lago do Junco, São Luís Gonzaga do Maranhão, Esperantinópolis e Lima Campos na região do Médio Mearim e assessores técnicos (em grande parte, pesquisadores de diversas áreas), sua pretensão era atender as necessidades agroextrativistas da região, oferecendo auxílio técnico, jurídico, econômico e política para trabalhadores e desenvolvendo cooperativas e associações locais; precede o MIQCB. Através da ASSEMA originou-se um Grupo de Estudos de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu para realizar reuniões e encontros de quebradeiras da microrregião, constituindo um terreno sólido para a fundação efetiva do MIQCB (BARBOSA, 2013). De fato, o movimento MIQCB teve sua origem no estado do Maranhão.

As quebradeiras de coco afirmam que inicialmente, o nome dado ao MIQCB foi exatamente Associação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (AMQCB), denotando a importância da atuação de mulheres camponesas do Médio Mearim em um movimento de trabalhadoras rurais. É preciso analisar a formação do MIQCB também a partir das influências que acadêmicos, majoritariamente antropólogos, exerceram na mobilização dessas mulheres. Ao que tudo indica, esses políticos e intelectuais encontraram um terreno organizacional mais ou menos estruturado pela Igreja Católica, como clube de mães, grupo de mulheres e outros espaços de socialização, sobre o qual atuaram (BARBOSA, 2013).

Mas se há uma multiplicidade de instituições e sujeitos que, de algum modo, relacionam-se ao surgimento e desenvolvimento do MIQCB, este movimento tem sua base no próprio cotidiano das quebradeiras de coco. Foram, sobretudo, das experiências em conflitos e das caminhadas em direção aos babaçuais ou durante a quebra do coco babaçu, atividades frequentemente realizadas em grupo, que derivam sociedades de assistência mútua, formas originais de organização, como as que levaram ao processo de fundação daquele movimento. Foi, sem dúvida, a exploração e a criação de oportunidades por parte das quebradeiras de coco que possibilitaram a formação do MIQCB (BARBOSA, 2013, p. 201).

Na dinâmica dos movimentos sociais contemporâneos, como o de quebradeiras de coco, há pelo menos quatro elementos centrais que devem ser considerados: as redes sociais que envolvem seus participantes, as identidades acionadas durante conflitos coletivos, as

estruturas construídas a partir de compreensões partilhadas, e as estruturas de oportunidades políticas (FAVARETTO, 2006). Segundo Almeida (2006), o que caracteriza os novos movimentos sociais é uma nova forma de organização em que, de um lado, a fim de assegurar seus direitos trabalhistas, os agentes participam de sindicatos de trabalhadores rurais e, de outro, assumem, através de suas demandas específicas, identidades próprias de mobilização. Quando se analisa essa dupla filiação se percebe as diferenças entre papel social e identidade voluntária, entre cumprir uma função que assegura um determinado direito e uma auto identificação que é espontânea (BARBOSA, 2013).

É interessante enfatizar que os movimentos sociais não possuem apenas uma liderança a frente de sua organização. Uma prova disso é o grupo de quebradeiras de coco babaçu que antes do MIQCB possuía influência de outras denominações, como a ASSEMA por exemplo. As conjunturas de oportunidades políticas criam estímulos para as ações coletivas e a continuidade destas depende da durabilidade e manutenção das redes sociais e giram em torno dos símbolos identificáveis extraídos dos marcos culturais de significado (TARROW, 1997). Quando se fala de MIQCB, os traços culturais estão envoltos, necessariamente, ao trabalho produtivo com a quebra de coco e ao reconhecimento desse trabalho. É possível afirmar que o trabalho produtivo e a quebra de coco são ligados a padrões culturais mais profundos, como a maternidade e ser a pessoa encarregada por alimentar a criança. Como enfatiza Gebara (2000), a vida das mulheres está relacionada à nutrição, aspecto primário da manutenção da vida, e, para as mulheres poder alimentar é um dos aspectos centrais em suas vidas. Por mais que os homens trabalhem para manter a casa, trazer ou não dinheiro para o lar, ainda assim a responsável pela programação da alimentação é a Mulher.

Diante da constatação de que as adversidades não eram somente locais e transcendiam os povoados, os municípios, as microrregiões maranhenses e até mesmo o estado, as quebradeiras de coco instituíram um movimento concentrado em quatro Estados da Federação, que passou a se estender “por centenas de povoados distribuídos desde o Vale do Parnaíba, no estado do Piauí, até o Vale do Tocantins, nos estados do Pará e do Tocantins, atravessando diagonalmente o Estado do Maranhão” (ALMEIDA; SHIRAIISHI NETO, 2001, p. 15). Nessa vertente, é considerável mencionar que existe uma definição territorial/espacial no grupo de quebradeiras que supera as divisões geográficas tradicionais. É perceptível a descontinuidade entre os campos de babaçu e os ambientes de atuação política do MIQCB. Desse ponto de vista, a identidade de quebradeiras de coco tem sido pensada e vivida através

de processos que não necessariamente acordam os padrões cartográficos estatais (BARBOSA, 2013).

A ideia de homogeneização do território não se aplica a formação e consolidação do movimento de quebradeiras de coco babaçu, tendo em vista a diversidade nas formas de ocupação e uso do espaço e dos recursos naturais por parte das extrativistas. Muito embora os discursos das quebradeiras organizadas em movimento estejam vinculados à preservação de babaçuais, não se pode falar em uma homogeneidade territorial na ação. Há, portanto, uma descontinuidade entre as áreas de ocorrência de babaçu e espaços de atuação do MIQCB. De qualquer modo, essas mulheres construíram uma territorialidade ao assumirem uma identidade própria (RÊGO, 2004, p. 59, 88-89).

Tendo como orientadores intelectuais e técnicos, as quebradeiras de coco organizaram um formato de lei intitulado “Lei Babaçu Livre”, projeto esse que define o livre acesso aos babaçuais mesmo em terras privadas. Em consonância com políticos locais foram estabelecidos pactos a partir de 1990, leis municipais do “Babaçu Livre” foram sancionadas nos municípios maranhenses de Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Esperantinópolis, São Luís Gonzaga do Maranhão, Lima Campos, Capinzal do Norte, Imperatriz e Peritoró.

Em 1997, o projeto de Lei nº 1.428, criado em 1996, foi exposto à Câmara dos Deputados por alguns parlamentares, não obtendo êxito nesse ano. Todavia, no mesmo ano em Lago Junco foi aprovada a Lei nº 07/1997 que torna o babaçu livre mesmo em áreas privadas. Esse mesmo projeto de lei foi revisado e reapresentado na Câmara Municipal de Lago do Junco e aprovado mais uma vez em 2002 (Lei nº 01/2002). O projeto apresentado a Câmara dos Deputados que não obteve sucesso em 1997 foi aprovado e entrou em vigor na esfera federal em 2003. O projeto de Lei Federal nº 747/2003 em seu artigo 2º estabelece:

As matas nativas constituídas por palmeiras de coco babaçu em terras públicas, devolutas ou privadas são de livre acesso às populações agro-extrativistas e de livre uso por elas, desde que as explorem em regime de economia familiar e comunitária, conforme os costumes de cada região, na forma de regulamento. (PINDOVA, 2005^a, p. 2).

Apesar de ser um grande avanço para as quebradeiras a lei que permite o uso comunal dos babaçuais, essa contraria o princípio de propriedade privada, segregando os recursos naturais da terra, que passam a ser procurados em regime comunitário pelos extrativistas. A constituição dessa lei acabou ocasionando conflitos entre fazendeiros e quebradeiras. Os fazendeiros começaram a contestar que a Lei Babaçu Livre afeta o princípio da propriedade privada. Afirmavam também que o acesso das mulheres nas fazendas poderia resultar em prejuízos aos seus bens materiais. Entretanto, a lei em nenhuma das suas partes garante as mulheres que elas se apossam das terras ou qualquer outro recurso dentro do recinto, exceto o coco babaçu. Essa nova lei compõe uma nova percepção de direito que busca

assegurar o princípio constitucional da dignidade humana e da vida, além da justa distribuição de renda e da função social da propriedade.

A Lei nº 231/2007 elaborada pelo Deputado Domingos Dutra (PT/MA) em conformidade com os anseios das quebradeiras de coco, foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara, e veta a derrubada de palmeiras de babaçu nos Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Goiás e Mato Grosso. As únicas restrições é somente para áreas voltadas a determinadas obras ou serviços de utilidade pública ou de interesse social. A fiscalização para execução ou impedimento da lei ficou por conta do IBAMA.

Outra demanda que se tornou pauta das quebradeiras de coco do MIQCB foi à precisão de aumentar a comercialização de seus produtos e subtrair as barreiras comerciais impostas pela flutuação dos mercados e pelos intermediários, dessa forma,

Visando driblar essas barreiras, no início da formação do movimento, as mulheres ajudaram a fundar cooperativas e facilitar a organização do processo de produção e comercialização do babaçu e de seus subprodutos. No Maranhão, especificamente no Mearim, o MIQCB é cercado por quatro cooperativas de pequenos produtores agroextrativistas em Lago do Junco, Esperantinópolis, São Luís Gonzaga do Maranhão, Lima Campos. Essas cooperativas funcionam em aliança umas com as outras e com os projetos e ações da ASSEMA (BARBOSA, 2013, p. 212).

No contexto das atividades laborais das cooperativas foram introduzidas cantinas nos centros comunitários para a compra, industrialização e comercialização de amêndoas do babaçu e de seus derivados e para a venda em preços menores, de produtos básicos para a alimentação. A tática utilizada para reduzir os obstáculos das extrativistas fora materializada por meio de acordo com o IBAMA através do Centro Natural para o Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais (CNPT). A medida diminuiu o monopólio do atravessador em algumas localidades, uma vez que este foi forçado a pagar mais pelo produto ao comprá-lo nas cantinas e não mais diretamente das mãos das trabalhadoras, com isso houve um impacto positivo na qualidade de vida das famílias nos locais onde as cantinas foram implantadas, por conta da redução dos preços de alimentos básicos (CPT, 1992).

A produção e comercialização de subprodutos do babaçu, muitos deles já produzidos há muitos pelas quebradeiras de coco, passou a ser também um projeto do MIQCB. Através das cooperativas instaladas nos diferentes municípios maranhenses, as mulheres começaram a produzir óleo, sabão, sabonete, carvão da casca do babaçu e papel reciclado da fibra de coco ou da folha da palmeira para a confecção de pastas, embalagens, blocos etc. para a venda em mercados locais e/ou internacionais. Nos últimos anos do século XX e início deste século, as mulheres começaram também a comercializar as compostas e os licores de frutas, e artesanatos variados. No início dos anos 2000, foi fundada em São Luís a “Embaixada Babaçu Livre”, um entreposto para a comercialização dos produtos feitos pelas quebradeiras e agricultores do Médio Mearim e para a divulgação do trabalho das extrativistas através de panfletos, folders e livros. Já fechada, a Embaixada funcionou como um espaço de mobilização de recursos da ASSEMA em prol do projeto economia solidária (BARBOSA, 2013, p. 213).

A Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco – (COPPALJ) fundada em 1991 tem um currículo de exportação do óleo do babaçu, em sua grande parte para Inglaterra e Estados Unidos. No ano de 1992 foi instalada uma prensa para a fabricação de óleo de babaçu na cooperativa do Lago do Junco e a instituição passou a exportar o produto por meio de um acordo financeiro criado com a Body Shop que deu apoio à cooperativa em forma de crédito (BARBOSA, 2013). Outra instituição que se utiliza dos benefícios do babaçu é a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis – COOPAESP, a mesma com o mesocarpo produz a farinha do babaçu, uma substância com várias misturas que serve para produzir bolos, mingaus e para fins medicinais. Já a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais – AMTR que é composta na sua grande maioria por Mulheres do MIQCB fabrica e comercializa sabonetes com o óleo comprado da cooperativa. A fundação da fábrica de sabonetes aconteceu em 1983, no município de Lago do Junco, MA, povoado Ludovico, sendo um empreendimento das quebradeiras de coco que faziam parte do clube de mães daquela cidade. Em 1993 foi viabilizada a comercialização dos sabonetes pela AMTR, com o apoio do Misereau e do UNICEF (United Nations Children's Fund); em 1997, a Pacific Sensual, rede de Hotéis de Los Angeles, importou um grande número desses produtos; a comercialização tem sido feita via ASSEMA (MESQUITA, 2001).

O MIQCB, em parceria com a ASSEMA, também desenvolveu junto aos trabalhadores do Médio Mearim um projeto de criação de roças orgânicas, a chamada roça crua. Este projeto visava, dentre outras coisas, a conscientização para a não degradação do solo e evitar a derrubada de palmeiras de babaçu durante os cultivos. Nessa mesma parceria, houve um estudo com plantas aromáticas e medicinais – o Programa Farmácia Viva –, e ainda o projeto da Escola Família Agrícola, a fim de oferecer formação na primeira etapa do ensino básico, desenvolvendo o conteúdo teórico da escola formal e ensinando a valorização de seu modo de vida. Outro benefício para famílias agroextrativistas foi a criação do Programa de Educação nas Áreas de Reforma Agrária (PRONERA), fomentado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o apoio do Governo Federal, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, UFMA E INCRA. (BARBOSA, 2013, p. 213).

É notório que o grupo de Quebradeiras de Coco se tornou reconhecido nacionalmente e internacionalmente e conquistou direitos após a fundação do MIQCB. A luta pelo livre acesso aos babaçuais, pelo extrativismo, por reforma agrária, etc. foram bandeiras hasteadas pelo MIQCB. Atualmente, no estado do Maranhão nas cidades de Monte Alegre e São Luís Gonzaga há relatos de quebradeiras que pindovas são derrubadas para fortalecer a piscicultura. A Lei nº 231/2007 proíbe a derrubada de palmeiras de babaçu. Mas pelo exposto não há fiscalização e eficácia na lei. Portanto, entende-se que ainda perduram demandas.

3.2 A formação Identitária das quebradeiras de coco babaçu engajadas no MIQCB

Em 1980, novas temáticas são postas em discussões como, por exemplo, questão indígena, pequena agricultura, extrativismo e o aumento na luta por reforma agrária. Já a década de 1990 traz um avanço crescente nas mobilizações femininas por todo o Brasil e as modificações no setor trabalhista veio acompanhada por uma extensa heterogeneidade, complexidade e fragmentação de ser e viver a classe trabalhadora (BARBOSA, 2013). A generalidade da categoria trabalhador rural foi contestada devido ao reconhecimento da diversidade da classe trabalhadora no campo (FAVARETTO, 2006) e, principalmente da atuação feminina no trabalho rural. Diante da afirmação dessa diversidade, a concepção de campesinato, enquanto conceito histórico e político, tem se ocupado em restaurar diferentes trajetórias sociais em ambientes rurais diversificados. Essa concepção é empreendida levando em conta que os conceitos são expectativas e não modelos. Como afirma Thompson (1981), entendendo que as categorias teóricas só fazem sentido se forem confrontadas com os usos do real.

As mulheres envolvidas com a quebra de coco construíram historicamente uma identidade própria baseada no empoderamento e no enfrentamento de situações adversas. A construção da identidade de quebradeiras de coco foi algo lento e processual. Inicialmente, muitas mulheres espalhadas pelo estado tinham como principal atividade a quebra do coco e eram vistas pela sociedade local como quebradeiras de coco, entretanto, esta não era uma identidade coletivamente pensada e manipulada por elas. A partir da década de 1980, a identidade de quebradeira de coco é definida e construída em mobilizações pela garantia da posse da terra, e pelo acesso e preservação de palmeiras de babaçu (BARBOSA, 2013, p. 195).

Para os pesquisadores dos novos movimentos sociais, a centralidade da identidade coletiva pode ser compreendida a partir da análise dos movimentos. Para esses teóricos, a identidade explica a emergência e o sentido da ação:

Aconteceu uma reificação da ideia de novidade se tratando aos movimentos sociais mais recentes. A “novidade” estaria na definição de um conceito relativo, que tem a função temporária de assinalar algumas diferenças comparativas entre as formas históricas do conflito de classe e as formas emergentes da ação coletiva. Se esse é um passo importante, não se pode desconsiderar a dimensão classista das lutas camponesas. Classe se forma quando pessoas que compartilham experiências comuns (herdadas ou partilhadas) constroem e articulam uma identidade que coaduna com seus interesses entre si e, em geral, contra outros interesses que diferem dos seus (MELLUCI, 2001, p. 24).

Tarrow (1997) em sua teoria do processo político explicita o como da ação dos movimentos. O autor acredita que o interesse (e não a identidade) é o objetivo comum dos movimentos sociais, seria, portanto, o reconhecimento de uma comunidade de interesses que traduziria o movimento potencial em uma ação coletiva. No caso em questão, tanto a identidade como um compartilhamento de interesses fazem sentido para a construção e consolidação do movimento de quebradeiras de coco. Dessa forma, tanto a teoria dos

movimentos sociais quanto a do processo político poderiam ajudar a compreender as ações das extrativistas (BARBOSA, 2013).

É evidente que a principal atividade ligada à identidade da quebradeira é a quebra do coco babaçu, um exercício que as representam e são representadas. No entanto, outros modos e formas de identificação surgiram nesse contexto de mobilizações. Depois disso, era corriqueiro que quebradeiras se identificassem como negras, indígenas, quilombolas e se reafirmassem enquanto mulheres. A identidade de quebradeiras de coco é parte constituinte de um processo no qual, em vez de um campesinato tradicional, baseado num patrimônio material e familiar temporalmente construído, configura-se um patrimônio cultural pautado em estratégias de mobilidade social e espacial, que visam o acesso a recursos produtivos para a reprodução familiar e a exploração de áreas improdutivas ou fracamente integradas ao mercado (MOTTA; ZARTH, 2008).

A identidade das quebradeiras de coco é territorializada, visto que, não é reconhecida em todos os lugares que possuem babaçuais. De fato, o advento de uma identidade positiva e nova das quebradeiras de coco se deu em um ambiente que propiciou condições para sua ampliação. Essas condições foram proporcionadas por alguns fatores, como a luta pela terra, a autonomia no setor produtivo e no local de moradia, as formas de ação político-organizativas permanentes (ALMEIDA, 1995). É válido ressaltar que, mesmo em espaços com condições político-organizativas criadas, o número de mulheres que se vincularam ao MIQCB foi baixo, isso porque esse grupo social já era ligado a associações, cooperativas e clubes de mães, onde havia a presença da ASSEMA, cooperativas e cantinas de quebradeiras, o MIQCB não atuava como entidade representativa (BARBOSA, 2013). De início, o MIQCB convergia à construção de um movimento que pudesse solucionar os problemas que atingiam em sua grande parte as mulheres, como os cercamentos e a proibição de acesso aos babaçuais, a comercialização do coco sem considerar as configurações de produção familiar, resumindo, qualquer intimidação na extração do coco.

Abordamos aqui movimentos de mulheres que são engajadas politicamente para contrapor as que fazem parte do nosso estudo, ou seja, as quebradeiras de coco babaçu do município de Bacabal, que não participam de um engajamento político.

4. AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DE CATUCÁ: as condições de vida delimitadas pelo acesso ao babaçu

Ao colher depoimentos de quebradeiras de coco, hoje líderes camponesas, Andrade (2007) evidencia o passado sofrido dessas mulheres que se reportam ao “tempo do coco preso” ao passado de sujeição, o tempo do cativo contra os quais tiveram que lutar para suplantar a dor, a fome e a perda da identidade.

O protagonismo das quebradeiras de coco é uma demonstração clara do lugar importante ocupado pelas mulheres na história das lutas de libertação que, às vezes não tão silenciosamente, foram sendo mobilizadas nos campos, sertões e florestas do Brasil. Diz Andrade (2007, p.) que “foram principalmente elas que [...] necessitaram adentrar as cercas de arame farpado, acompanhadas de suas crianças, apesar das proibições dos fazendeiros, das ameaças dos vaqueiros, das agressões físicas e das humilhações”.

Esta pesquisa apresenta um estudo de caso sobre as condições de vida das quebradeiras de coco na comunidade de Catucá, no município de Bacabal, no Maranhão, que não atuam em movimentos sociais. A identidade dessas quebradeiras e suas condições de vida são definidas pelas práticas cotidianas ligadas ao extrativismo do babaçu: suas experiências de vida familiar, suas relações comunitárias, suas relações comerciais, etc. Portanto, este trabalho pretende analisar como são as condições de vida dessas quebradeiras de coco para percebermos como as mesmas acessam os direitos garantidos às quebradeiras organizadas em torno de um movimento político.

4.1 Histórico de Bacabal Maranhão e do povoado de Catucá

O Município de Bacabal, localizado a cerca de 260 km de São Luís, capital do estado, recebeu esse nome devido à grande quantidade de palmeiras de bacaba na região na época da fundação (coco selvagem). A área municipal é estimada em 1.609 km², depois dos desmembramentos havidos. Limita-se com os municípios de Vitória do Mearim, Lago Verde, São Luís Gonzaga do Maranhão, Lago do Junco, São Mateus do Maranhão, Bom Lugar, Olho D'água da Cunhãs e Pio XII.

O clima é quente, úmido, quase constante. Prolonga-se de janeiro a junho a época normal de chuvas. Os meses de agosto a outubro são os mais quentes, as temperaturas passam facilmente dos 35 graus. Entre os acidentes geográficos, o principal é o rio Mearim que, atingindo o município pela parte sul no lugar Vila Velha, alcança o norte em Lage do Curral, prosseguindo até o limite com Vitória do Mearim. É navegável e bastante piscoso. Foi, até o advento das rodovias, o veículo natural de comunicação do Município. Há também o igarapé

Ipixuna, piscoso, que penetra na parte sul do Município, atravessa a rodovia BR-316 e desagua no Mearim, com o nome de Ipixuna-Açu. Bacabal atualmente é uma espécie de centro econômico regional. O comércio está baseado no fornecimento de produtos e serviços. Na agricultura produzimos e comercializamos arroz, feijão, milho, farinha de mandioca dentre outros. A cidade também é uma grande produtora de gado bovino. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL, s/d).

Segundo o Levantamento de Comunidades Quilombolas realizado pelo IBGE, a comunidade Quilombola do Catucá é reconhecida pela Associação Zumbi dos Palmares tendo como código 2101202. A comunidade Catucá era ponto de descanso para tropeiros e viajantes, no período escravocrata. Ali, havia uma imensa fazenda, a Fazenda Canaã e a comunidade chamava-se Retiro Baixo da Boa Vista. Os quilombolas não sabem qual a razão para a mudança do nome – de Retiro para Catucá – e nem qual o seu significado. A população do povoado conta com 220 moradores. Basicamente, a produção/extração realizada por moradores consiste na agricultura familiar com a produção de hortaliças e fruticultura, no extrativismo do babaçu. (SOUSA, 2016).

O Povoado Catucá possui uma escola que oferece do ensino pré-escolar ao fundamental menor no sistema escola ativa; um terreiro de umbanda, salão de festas, campo de futebol, dois poços artesianos, telefonia móvel, um orelhão, estrada de terra, energia elétrica e água encanada. A cultura local conta com festejos religiosos, grupo de tambor de crioula, bumba meu boi, festa em comemoração ao dia das mães e grupo de danças Afro-Brasileira. (SOUSA, 2016).

A primeira escola da comunidade de Catucá, segundo relato dos moradores, foi uma capela de barro, as paredes eram construídas até a metade e coberta de palha. O primeiro professor foi Sabino Cantanhede então delegado do sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais e pai de santo do terreiro de umbanda da comunidade, portanto considerado o homem mais sábio da comunidade. No governo da então prefeita Raimunda Loiola foi construída a primeira sala de aula a pedido do então professor e do presidente da Associação de Moradores. No governo do prefeito Jocimar foi construído os banheiros, o corredor e uma cozinha. (SOUSA, 2016).

4.2 As quebradeiras de coco babaçu na comunidade de Catucá

Aqui buscamos analisar a trajetória de vida dessas extrativistas, abordando aspectos como: escolarização, engajamento político, cultura, sobrevivência, relações familiares. As

mulheres que concederam as entrevistas residem no povoado Catucá, em Bacabal - Maranhão. Com idade entre 25 e 60 anos, a renda dessas mulheres é composta pelo lucro da comercialização do coco babaçu, criação de animais e do bolsa família. Das 5 entrevistadas, 3 são casadas e 2 divorciadas. Todas possuem filhos e residem em casas de taipa e alvenaria. Todas as entrevistadas possuem ensino fundamental incompleto, devido a isso, umas sabem ler e escrever e outras não.

A característica peculiar das quebradeiras do Catucá é o fato de não serem vinculadas a movimentos de quebradeiras ou associações e cooperativas que atuam na comercialização do babaçu, por isso os rendimentos de seu trabalho acabam sendo menores, uma vez que são praticamente obrigadas a vender o coco por um valor quase insignificante para atravessadores/barraqueiros. As extrativistas que participam do PGPM-Bio, programa do governo federal, possuem uma rentabilidade maior, pois o governo federal subsidia a venda.

Tabela 1 – Perfil das entrevistadas

NOME	ESCOLARIDADE	IDADE
M	ENS. FUNDAMENTAL INCOMPLETO	40
L	ENS. FUNDAMENTAL INCOMPLETO	30
R	ENS. FUNDAMENTAL INCOMPLETO	55
J	ENS. FUNDAMENTAL INCOMPLETO	36
I	ENS. FUNDAMENTAL INCOMPLETO	59

Fonte: informação verbal das entrevistadas. Tabela produzida pelo autor, 2019.

Observa-se que a maioria dessas mulheres aprendeu a coletar e quebrar o coco com a família, necessariamente com a mãe. De geração para geração essas extrativistas aprenderam a manusear o porrete e o machado para quebrar o coco babaçu.

Apesar do preço pago no coco pelo mercado ser baixo, essas mulheres, na grande parte de suas vidas, se utilizou desse lucro para suprir as necessidades da família. De fato, conforme explica às quebradeiras, o coco está em suas vidas praticamente desde a infância e é uma matéria prima que contribui efetivamente para a renda da casa. Portanto, a preservação dos babaçuais está vinculada à sobrevivência de vida dessas mulheres e a identidade delas, como afirmam as entrevistadas:

Eu já aprendi a quebrar coco depois que cheguei aqui. Tem uns 20 anos que eu quebro coco e que moro aqui nessa região”. (Informação verbal) M. 40 anos. Entrevista concedida em 07 de junho de 2019.

Faz tempo que quebro coco. Aprendi com meu pai e minha mãe”. (Informação verbal) L. 30 anos. Entrevista concedida em 07 de junho de 2019)

Eu sempre quebrei coco. Aprendi com minha Mãe. Nasci aqui na comunidade mesmo. Era o jeito eu aprender, né, porque meu pai só vivia viajando, eu tinha que sustentar meus irmãos mais Mamãe. Sempre usamos o lucro do coco pra sustentar a casa” [...]. (Informação verbal) R. 55 anos. Entrevista concedida em 07 de junho de 2019.

A minha mãe me ensinou o coco, meu pai me ensinou a horta, aqui é roça e coco. A gente já sabe a base geração por geração. Passando de um a outro. Minha Mãe sentava com nós, é só eu e outra irmã, só nós duas. Aí ia rachando a banda do coco pra gente aprender a rachar o coco. Quando eu comecei quebrava uma canequinha de coco. Hoje quebro 10, 11 quilos de coco. Ajunta o coco num dia, no outro vai só quebrar. Cortei muito dedo, amarrei muito minha mão, chorava, mas Mãe dizia vai me filha [...] (informação verbal) J. 36 anos. Entrevista concedida em 07 de junho de 2019.

É possível constatar que a escolarização dessas mulheres é mínima. A vida no campo, de certo modo, as obrigou a quebrar coco para sobreviver. Quando indagadas se ainda pretendem voltar a estudar, a maioria respondeu que não tem mais idade, que já está velha e que tem muitos filhos para cuidar. A maternidade somada ao matrimônio, de certo modo, é um fardo para essas mulheres. Como relatam as moradoras, a primeira escola do povoado foi uma igreja de taipa que teve como primeiro professor o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Quando indagadas quanto a sua escolarização afirmam,

Fiz só até o 8º ano do ensino fundamental. (Informação verbal) M, 40 anos. Entrevista concedida em 07 de junho de 2019.

Só estudei até a quarta série do ensino fundamental. Sei ler e escrever muito pouco. (Informação verbal) L.30 anos. Entrevista concedida em 07 de junho de 2019.

Estudei só até a quarta série. Agora não posso não estudar, até que vontade eu tenho. Sei ler e escrever. (Informação verbal) R. 55 anos. Entrevista concedida em 07 de junho de 2019.

Terminei não. Ficou só um ano pra me terminar o fundamental. Tenho 3 filhos e eles estudam. A mais velha já terminou os estudos dela, né. Os outros ainda estão estudando. Minha casa é própria, mas não tem geladeira, televisão. Tô na lamparina, não tem energia. Minha casa foi feita agora. Vivo com um rapaz aí, mas ele não é Pai dos meu Filhos. Minha renda é o bolsa família e o coco. (Informação verbal) J. 36 anos. Entrevista concedida em 15 de junho de 2019.

Não cheguei nem até a primeira série, não sei ler e nem escrever, não sei nem botar o nome. Naquela época não tinha escola, tudo era mais difícil. Não dá mais pra mim voltar a estudar, as coisas de casa não permite. Já o que eu não fiz meus filhos tudo sabem”. Tenho 9 filhos, 7 do primeiro casamento e dois do segundo. Sou separada e sustenho a minha casa sozinha com o coco, roça e o bolsa família. (Informação verbal) I. 59 anos. Entrevista concedida em 15 de junho de 2019.

Como vemos na fala da última entrevistada, a mesma tem 9 filhos e essa condição resulta em dificuldade para permanecer na escola. As obrigações domésticas, a criação dos filhos, dedicação ao matrimônio contribuem para a evasão na escola de certo modo.

Apesar de na sua própria comunidade ter uma escola de ensino fundamental, as mesmas não demonstram iniciativa em adquirir conhecimento. Todavia, a escola não possui EJA - Ensino de Jovens e Adultos. Mas, diariamente o transporte escolar leva estudantes para povoados vizinhos e também para a zona urbana de Bacabal para cursar ensino fundamental e ensino médio respectivamente.

As condições de vida no povoado Catucá não são positivas. Problemas como a falta de água, ausência de uma Unidade Básica de Saúde, gravidez na adolescência, etc. marcam seus habitantes. Alguns moradores possuem casa de alvenaria, entretanto, a maior parte ainda reside em casas de taipa.

A renda mensal das entrevistadas, conforme informaram, é composta pelos rendimentos da venda do coco babaçu e de outros produtos como o azeite, que custa, em média R\$ 10,00 um valor muito mais significativo do que o quilo da amêndoa do coco, da produção de carvão com a casca do babaçu, somada à Bolsa Família. Algumas quebradeiras criam animais como suínos e frangos, e vendem para auxiliar no lucro mensal, e também participam da horticultura.

Apesar de estar em um contexto que não possibilita uma perspectiva de vida positiva, é possível constatar que essas mulheres possuem sonhos, como afirma uma quebradeira,

Eu tenho muito sonho. Primeiro a minha casa de alvenaria, que eu nunca pude construir. O dinheiro não dá de eu conseguir [...]. Porque tendo um lar pra aquietar é muito bom. Aqui quando vem uma chuva eu tô desassossegada. Meu outro sonho é pegar em dinheiro” [...]. (Informação verbal) M, 57 anos. Entrevista concedida em 15 de junho de 2019.

As quebradeiras de coco babaçu de Catucá contam com o auxílio de alguns programas governamentais que visam o aumento de sua renda. Entre eles está o programa “Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio)” executado pela CONAB que garante um preço mínimo para 17 produtos extrativistas que ajudam na conservação dos biomas brasileiros: açaí, andiroba, babaçu, baru, borracha extrativa, buriti, cacau extrativo, castanha do Brasil, carnaúba, juçara, macaúba, mangaba, murumuru, pequi, piaçava, pinhão e umbu. Como forma de novas inserções nesta pauta, estudos estão sendo elaborados, no intuito de incluir novos produtos, tais como o licuri, o pirarucu de manejo, dentre outros.

A PGPM-Bio objetiva fomentar a proteção ao meio ambiente, contribuir com a redução do desmatamento, como forma de minimizar os efeitos das mudanças climáticas, garantido, inclusive, renda às populações que possuem formas próprias de organização social,

que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

A Conab apoia a comercialização destes produtos e o desenvolvimento das comunidades extrativistas, por meio da Subvenção Direta a Produtos Extrativistas (SDPE), que consiste no pagamento de um bônus, quando os extrativistas comprovam a venda de produto extrativo por preço inferior ao mínimo fixado pelo Governo Federal.

Como podemos ver a PGPM-Bio auxilia diversos extrativistas pagando um preço mínimo em seus produtos. Apesar da nomenclatura mínima, o valor pago pelo governo federal é bem mais significativo do que o repassado por atravessadores e/ou barraqueiros. Segundo as quebradeiras entrevistadas atualmente o quilo do coco custa em média R\$ 0,80 centavos, enquanto o PGPM-BIO já pagou até R\$ 2,50.

De fato, esse programa é uma política pública que auxilia na manutenção de vida dessas mulheres. Mas a maioria dessas mulheres não estão mais inseridas no programa por não estarem em dias com suas mensalidades do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Segundo informações do próprio sindicato de Bacabal, não há como inserir uma pessoa no programa que não quebra coco, pois esse programa é fiscalizado por técnicos da CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, e mediante a nota fiscal assinada pelo barraqueiro e a quebradeira é que o dinheiro pode ser repassado. O sindicato exige que essas senhoras estejam em dias com suas obrigações, pois o governo faz fiscalização e o sindicato precisa de respaldo para assegurar que não aconteça fraude com o dinheiro público. Desta forma o sindicato se responsabiliza pelas suas sócias. Entretanto, o cadastro nesse programa pode ser feito individualmente, ou através de associações.

A base de cálculo para o valor a ser reembolsado no preço do quilo do coco é uma diferença. Por exemplo, digamos que o preço do quilo na CONAB seja R\$ 3,00 e após uma pesquisa os técnicos concluem que na região do Catucá seja R\$ 1,00. O valor a ser repassado será a diferença dos dois valores, ou seja, R\$ 2,00, por isso se chama “subvenção”. Também segundo representantes do STR de Bacabal essa quantia é repassada a cada 3 meses. Quando o programa iniciou demorava até 6 meses para o dinheiro ser debitado e 6 ministérios tinham que autorizar o repasse. Atualmente, a competência são de 3 ministérios que liberam uma portaria com a documentação exigida das extrativistas e o sindicato repassa as informações para a CONAB. A respeito do PGPM – Bio afirmam as quebradeiras,

Sim. Pesando o coco num tem, aí colocando na folha o total do peso. Aí quando for na época de receber o dinheiro aí eles avisam o dinheiro caiu na conta, a gente leva

as folhas e recebe num tem. Nessa época que ela passou aqui ela disse que era que vendia o coco num sei se era R\$ 2,00 ou era R\$ 1,50, que eles compravam lá num tem, no valor da folha que a gente botava o total do coco esse valor no quilo[...]. (Informação verbal) M. 40 anos. Entrevista concedida em 07 de junho de 2019.

A gente quebrava o coco e vendia. Quem comprava assinava a folha. A gente preenchia a folha e depois levava. Aí quando vinha a gente recebia lá no bacabal. Aí ia pro sindicato, quem estava devendo quitava lá num sabe. As folhas ficavam lá, as folhas que a gente preenchia. [...] Quando o dinheiro tava liberado vinha avisar. Primeiro a gente recebia só um bônus, aí depois que recebia o da folha [...] (Informação verbal) L. 30 anos. Entrevista concedida em 07 de junho de 2019.

A gente quebra, ajunta, aí depois trás pro rancho ou quebra em casa ou lá mesmo no mato. O coco a gente vende pra um barraqueiro que já tá certo, ele assina a folhinha pra nós. De lá nós vamos pro sindicato, aí entrega o peso do quilo de coco, né, tudinho, tá assinado aí entrega lá. De lá vai pra pra Brasília e de lá vem nosso dinheiro que o governo manda. Quando eu fiz o dinheiro demorou vim porque ele demora vim mesmo no começo, aí demorou assim uma margem de 3 anos pra resolver lá, pra vim o primeiro dinheiro. Aí Depois veio o outro projeto. Não deu certo que bagunçou eu não entrei mais [...] Aí eu não entrei mais porque meu sindicato tá muito atrasado, e meu projeto é através do sindicato. Depois disso paguei meu sindicato, deixei tudo em dia, aí depois disso aí que deixei tudo em dia continumeno né, mas tava demorando e aquela pessoa que num quebrou coco com 6 meses foi pegou o dinheiro, eu me zanguiei por causa que eu que trabalhava e quem não trabalhava ia receber na minha frente, como é isso. [...] aí a pessoa num trabalhar e receber na minha frente, saí do projeto [...]. (Informação verbal) J. 36 anos. Entrevista concedida em 07 de junho de 2019.

Responsável pelo sucesso do maior projeto de hortaliça do Maranhão, com área cultivada de 2 hectares, as mulheres do povoado quilombola de Catucá, área rural do município de Bacabal (MA), formam o Clube de Mães Palmares de Santa Bárbara e se orgulham de sua história. Além de quebradeiras de coco babaçu, elas buscaram orientação para dar início a outras formas de renda, até encontrar a horticultura uma maneira de melhorar a qualidade de vida de suas famílias e da comunidade. Em 2013 essas mulheres receberam a premiação “Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável”. O prêmio foi uma quantia em dinheiro para investir no cultivo de hortaliças. Com esse valor as mesmas cercaram o perímetro da horta, outra parte reformaram o telhado do clube de mães e deixaram uma reserva para eventuais necessidades.

Criado em 1995, o Clube de Mães Palmares de Santa Bárbara é conduzido atualmente por 24 mulheres quilombolas que organizam seu trabalho dividindo as tarefas por turnos. No início da organização do clube de mães, as mulheres do povoado quilombola de Catucá trabalhavam com a extração e quebra de coco babaçu. Vivenciaram e enfrentaram toda a história de resistência à tradicional reação truculenta de fazendeiros. Gelza Mendes representante do grupo relata,

Era um trabalho desgastante. Trabalhávamos o dia inteiro com fome e éramos humilhados pelos fazendeiros, que muitas vezes quando nos achavam em suas

terras, nos botavam pra correr, tomavam nosso coco babaçu, nos expulsavam da terra, tirando o sustento de nossas famílias. (Informação verbal).

O protagonismo das quebradeiras de coco é uma demonstração clara do lugar importante ocupado pelas mulheres na história das lutas de libertação que, às vezes não tão silenciosamente, foram sendo mobilizadas nos campos, sertões e florestas do Brasil. Diz Andrade (2007) que “foram principalmente elas que (...) necessitaram adentrar as cercas de arame farpado, acompanhadas de suas crianças, apesar das proibições dos fazendeiros, das ameaças dos vaqueiros, das agressões físicas e das humilhações”. Sobre esse aspecto as quebradeiras de coco afirmam:

Teve, já teve sim. Eu, sempre não participo dessas coisas. Mas aqui teve uma época que a gente já morava aqui aí teve um fazendeiro bem dali que impediu. Mas as meninas que antigamente quebravam, as mais velhas, porque hoje elas não quebram mais né, porque já tao de idade. Elas foram lá ainda falar com ele pra deixar porque ele não deixava ajuntar o coco e derrubavam as palmeiras também e elas foram lá falar com eles pra não derribar. (Informação verbal) M. 40 anos. Entrevista concedida em 07 de junho de 2019.

Só um fazendeiro ali. Aí as mulheres foram lá e ele concordou e ele liberou dois dias da semana pra entrar com o jumento, segunda e terça. Agora sem o jumento pode entrar qualquer hora [...]. (Informação verbal) L. 30 anos. Entrevista concedida em 07 de junho de 2019.

Rapá, aqui antigamente tinha ali quando era o [...] Moura né, o tempo que era os dois irmãos eles não deixavam não. Aqui o Dr João Sobrinho queria proibir, depois nego fez reunião, foi lá na casa dele foi que ele deixou, mas ele não queria deixar não. Mas lá só entra duas vezes por semana com animal, os outros dias são livre. Agora é livre, a gente pode entrar. Antigamente não entrava não, quando era os três irmão [...]. (Informação verbal) R. 55 anos. Entrevista concedida em 07 de junho de 2019.

Não, num impede por causa de que é a lei, né. Antes da lei nós entremos num acordo com o fazendeiro, entrar, o dia de entrar é segunda e terça pra nós juntar com o animal. Mas de cabeça pode ajuntar todo dia. Ele só pede pra não cortar os arames, porque é ruim cortar mesmo e mistura os gados dele e fazer carvão dentro por causa de que os bois cai dentro do buraco. Fora disso aí ele num empata nada, é nosso, nós tem direito. (Informação verbal) J. 36 anos. Entrevista concedida em 07 de junho de 2019.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tais exposições, pode-se constatar que as mulheres quebradeiras de coco do povoado de Catucá, em Bacabal, não são engajadas politicamente e não participam de nenhum movimento social organizado. São mulheres autônomas que exercem essa função como forma de auxílio nas despesas de casa.

Essas mulheres lutam pela preservação dos espaços onde estão as palmeiras do babaçu, de forma mais pacífica, sem muitas reivindicações, mas isso não significa um desinteresse por essas palmeiras, pois sem a existência dessas pindovas essas extrativistas jamais desenvolveriam seu trabalho e comercializariam tais produtos.

As relações comerciais que essas mulheres exercem ainda são vulneráveis, pois a relação mercantil do povoado Catucá é baseada na venda do coco para um barraqueiro que atualmente paga cerca de R\$ 0,80 centavos ou através do PGPM – Bio que já chegou a pagar até R\$ 2,00. Diferente de outros municípios como em Lago do Junco que possui uma Cooperativa e a relação comercial é entre quebradeira e Cooperativa, eliminando o barraqueiro da conjuntura de troca, recebendo pelo coco uma quantia mais significativa. Com a venda do coco e de seus derivados, azeite de coco, carvão, massa para bolos, etc. é que elas obtêm lucro que serão investidos na renda familiar.

As relações familiares vivenciadas por essas senhoras, que na maioria das vezes começaram a trabalhar na quebra de coco desde a adolescência, seguida do matrimônio e da maternidade fragilizada, acaba por romper com o seu processo de ensino e aprendizagem. Visto que a maioria das entrevistadas não terminou o ensino básico, tanto por falta de interesse, quanto pela impossibilidade de frequentar a escola, uma vez que tinham que cuidar da família, filhos e maridos, verifica-se que as relações sociais, necessariamente, comerciais e familiares são agravantes nessa decisão. Essa condição de baixa escolaridade também é algo que faz parte da composição da identidade das mesmas. É provável que se as mesmas concluíssem seu processo de escolarização, estariam engajadas em movimentos sociais para conquistar direitos para a sua comunidade, como por exemplo, uma unidade básica de saúde para o povoado.

Portanto, pode-se afirmar que as condições de vida das quebradeiras de coco em Bacabal, necessariamente, no Catucá, são permeadas pela necessidade da quebra do coco babaçu e, portanto, pela preservação dos babaçuais, que também tem influência direta em suas relações comerciais e familiares, na maternidade e no acesso à escolarização. Apesar das adversidades vivenciadas pelas quebradeiras de coco, estas são mulheres empoderadas pela

atividade que exercem, muitas delas são chefe de família, que sustentam os filhos através da quebra do coco. Na comunidade quilombola do Catucá, outras mulheres também participam da horticultura, cultivando cebolinha e coentro, etc.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner. Prefácio. In: SHIRAISHI NETO, Joaquim. Inventário das Leis, Decretos e Regulamentos de Terras do Maranhão – 1850/1996. Belém: Supercores, 1998.
- _____. Quebradeiras de coco babaçu – identidade e mobilização: legislação específica e fontes documentais e arquivísticas (1915-1995). São Luís: MIQCB, 1995.
- ANDRADE, Maristela. Mutirões, empates e greves – Divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Brasil. **Revue Lusotopie**, XII (1-2), 2005, p. 175-189.
- AMARAL FILHO, Jair do. **A economia política do babaçu**. Um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências. São Luís: SIOGE, 1990.
- ASSELIN, V. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz, MA: Ética, 2009.
- BARBOSA, Viviane. **VIVENDO NA DESIGUALDADE: Tensões, Conflitos e Mobilização Social no meio rural maranhense**, 2008.
- BARBOSA, Viviane. **Mulheres do Babaçu: Gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão**. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Programa de Pós Graduação em História. Niterói, 2013.
- CARNEIRO, Marcelo; ANDRADE, Maristela; MESQUITA, Benjamin. A reforma da miséria e a miséria da reforma: notas sobre assentamentos e ações chamadas de reforma agrária no Maranhão. **Revista Políticas públicas**, v. 2, n. 2, jul-dez, 1996.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: economia, sociedade e cultura; v.1. 11. ed. Trad.: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**. Goiânia: CPT, 1989.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**. Terra, água e pás: viver é um direito. Goiânia: CPT, 1991.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**. Goiânia: CPT, 1992.
- FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores. Os trinta anos de novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, São Paulo, v.21, n.62, 2006.
- GOMES, José Tribuzi. Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento. São Luís: FIPES, 1981.
- HOBBSAWN, Eric. A era dos extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LACROIX, Maria de L. **A Campanha da Produção (1948-1958)**. São Luís: ACM, 2004.

- LUNA, Regina C. **A terra era liberta: um estudo da luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré- Maranhão**. São Luís: UFMA/SEMA, 1984.
- MARTINS, J. de S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- MARTINS, Cynthia. Acesso aos babaçuais e a relação entre as atividades econômicas no Médio Mearim, Baixada Maranhense, Tocantins e Piauí. In.: ALMEIDA, A. W. B. et. al. (Orgs). **Economia do babaçu: Levantamento preliminar de dados**. 2 ed. São Luís: MIQCB; Balaios Typographia, 2001, p. 139-180.
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do Presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MESQUITA, Benjamin. As relações de produção e o extrativismo do babaçu nos Estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. In.: ALMEIDA, A. W. B. et. al. (Orgs). **Economia do babaçu: Levantamento preliminar de dados**. 2 ed. São Luís: MIQCB; Balaios Typographia, 2001.
- MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história – Concepções de justiça e resistência nos Brasis*. (Coleção História Social do Campesinato). São Paulo: UNESP, 2008.
- PINDOVA. Informativo Bimestral. São Luís: MIQCB, ano 1, n.1, fev-mar., 2005a.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL. **História de Bacabal**. Disponível em: <http://www.bacabal.ma.gov.br/portal/historia-de-bacabal/>. Acesso em 15 de maio 2019.
- RÊGO, Josoaldo. *A geo-metria do poder: a condição multiescalar da dinâmica de organização espacial*. São Luís, 2004. Monografia (Curso de Geografia – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004).
- SMDH. *A ação oficial e os conflitos agrários no Maranhão – um balanço*. In. : **Conflitos de Terra registrados no Maranhão de 05/01/1990 a 31 de dezembro de 1991**. São Luís: SMDH, 1992. p. 9-15.
- SMDH. *Conflitos de terra decorrentes da criação extensiva de búfalos*. In: **Conflitos de Terra registrados no Maranhão de 05/01/1990 a 31 de dezembro de 1991**. São Luís: SMDH, 1992, p. 60-63.
- SHIRAIISHI NETO, Joaquim. “Crise” nos Padrões Jurídicos Tradicionais: o direito em face dos grupos sociais portadores de identidade coletiva. Anais do XIV Conselho Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Direito (CONPENDINGI). Fortaleza, 03-05 de novembro de 2005.
- TARROW, Sidney. *El poder em movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*. Madri: Alianza, 1997.
- TEMPOS NOVOS Maranhão, ano VII, n. 66, dezembro de 1990b.
- TEMPOS NOVOS Maranhão, ano VII, n. 67, janeiro de 1991.
- TEMPOS NOVOS Maranhão, Maranhão, ano X, n. 94, novembro de 1993.
- THOMPSON, Edward. O termo ausente: experiência. In.: _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 180-201.
- WOORTMAN, Ellen. *Teorias do Campesinato*. In: *Herdeiros, parentes e compadres. Colonos do Sul e sitiantes do nordeste*. São Paulo: Hucitec/Brasília: Edunb, 1995, p. 29-66.

APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTADAS.

1. O porquê de exercer a função de quebradeira de coco?
2. Qual a sua escolarização?
3. Você possui alguma perspectiva de vida, algum sonho?
4. Você recebe alguma política de incentivo do governo a sua profissão?
5. Já existiu impedimento de acesso aos babaçuais da sua comunidade?